



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINUTA DA ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aguardando aprovação na 81ª R.O. CERHI-RJ, em 04/07/2018

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início previsto às 09h30min, realizou-se a 26ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, e contou com a presença dos(as) senhores(as): **membros titulares:** Lívia Romano (SEA), Larissa Ferreira (Substituto - INEA), Daniela Vidal Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Volta Redonda), Fernanda Ferreira de Souza (Substituto - Grupo Águas do Brasil), José Gomes Barbosa Júnior (Light Energia), Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Mario Porto dos Santos (APEDEMA), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), José Paulo Soares de Azevedo (COPPE/UFRJ), Friedrich Wilhelm Herms (UERJ), Humberto Albuquerque (ABAS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Rodolfo Coimbra (Substituto CBH Macaé); Rafaela Facchetti V. Assumpção (CBH Piabanha), Izidro Paes Leme Arthou Sildecir (CBH BG); **membros suplentes:** Wallace Serafim Pavão (SEA), Keila Ferreira da Silva (Prolagos S. A.), Adelfran Lacerda de Matos (Águas do Paraíba), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara), João Gomes de Siqueira (UENF), Arnaldo Villa Nova (CBH LSJ); **ausências justificadas:** Eliane Barbosa (SEA), Giselle de Sá Muniz (SEA), Fernando David de Souza (DRM-RJ), Anna Gayoso (PGE), Vinicius Crespo (Fecomércio), Flávia Lanari Coelho (APALMA), Yara Valverde (CI), Daniele G. Nunes (IFRJ), François Lopes Alves (IBDA), José Alfredo C. Sertã (ABES), Lícius de Sá Freire (CBH R2R); **ausências:** Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa (Ministério do Meio Ambiente), Elaine Cristina C. Fidalgo (Empraba Solos), Marina Bez (FIPERJ), Laize Rafaelle Aguiar do Santos (Prefeitura Municipal de Sapucaia), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da Barra), Sildecir Alves Ribeiro (Prefeitura Municipal de Itaocara), Helan A. Cardozo (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu), Mayná Coutinho Moraes (CEDAE), Ivan Sá Earp (FIRJAN), César Bassi Costa (Eletrobrás), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Alessandra Seródio (FAERJ), Maicon A. R. Carvalho (SindPesca RJ), Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Maria Eduarda Ribeiro Silva (NEA-BC), José Miguel da Silva (Ecocidade Cidade), Alexandre A. de Souza (AHOMAR), Miguel Fontes de Souza (Instituto Ambiental Conservacionista 5º Elemento), Hilário de Magalhães Santos (CBH BPSI), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Thiago Oliveira Menezes (CBH BIG), Eduardo Dantas (CEIVAP); **convidados:** Tatiane Araújo (SEA/INEA), Alexandre Spíndola (INEA), Nelson Reis (OMA-BRASIL). Após verificação de quórum a reunião teve início às 10h35min, com o único item de pauta: PROGESTÃO: a) Aprovação do Plano de Capacitação, b) Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos e c) Aprovação do formulário de autoavaliação das variáveis estaduais. **Item único: PROGESTÃO: a) Aprovação do Plano de Capacitação.** A Presidente do Conselho iniciou a reunião desculpando-se pelo seu atraso. O Sr. José Paulo falou que é um dos membros do grupo de trabalho do PROGESTÃO e que este grupo tem o objetivo de discutir as proposições do PROGESTÃO e que nenhuma das reuniões realizadas pelo grupo teve uma discussão sobre este assunto e que discordava das aprovações às vésperas do prazo para a entrega dos documentos do PROGESTÃO. A Srta. Lívia Soalheiro iniciou a apresentação e explicou que o PROGESTÃO é um projeto da Agência Nacional de Águas com o objetivo do fortalecimento do Sistema de Gerenciamento Estadual de Recursos Hídricos, tendo assim uma coligação forte com o Conselho Estadual. É o Conselho Estadual que aprova as metas que irão ser cumpridas ao longo desse contrato, que também avalia o cumprimento dessas metas, que aprova os planos de capacitação e o plano plurianual, que faz o acompanhamento desse programa que teve seu início em 2013. Seu primeiro ciclo em 4 (quatro) anos, mas consideram 5 (cinco) anos. No primeiro ciclo era pouco desafiador para o Estado do Rio de Janeiro, esclarecendo que segundo ciclo estava sob a responsabilidade da Sra. Gabriela Campagna (SEA). A Srta. Lívia falou que assumiu o segundo ciclo do PROGESTÃO no início do mês de abril e que vai entregar os relatórios e apresentação do plano de capacitação. Explicou que tentou fazer um resgate do plano de capacitação e que são muitas variáveis, aproximadamente 30 (trinta). As variáveis Estaduais não tem exigência de cumprimento nesse ano, mas sim de apresentação do relatório para o Conselho. A partir de 2019 já terá o mínimo de



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

49 variáveis Estaduais a serem cumpridas e a partir daí já será possível contar com o atual relatório quais são as  
50 principais dificuldades encontradas para os próximos anos do PROGESTÃO. Em seguida a Srta. Livia Soalheiro  
51 falou que iria passar para o Plano de Capacitação e que a Sra. Elaine Costa iria ajudá-la na apresentação. O Sr.  
52 José Paulo comentou que seria bom colocar no relatório se estava bom ou ruim o monitoramento das águas  
53 e a Srta. Livia Soalheiro explicou que após a reunião iria fazer modificações na apresentação e no relatório, e  
54 que faria um destaque no item de monitoramento. Em seguida, a Srta. Livia Soalheiro explanou sobre o  
55 Panorama Estadual do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que é composto por 9  
56 (nove) regiões hidrográficas e que a cobrança está implantada e atualizada nas 9 (nove) regiões, tem 4  
57 (quatro) instrumentos equiparados a planos de bacias que são os Comitês, e, ainda, que tem alguns trechos  
58 de rio enquadrados na RH II que até o ano de 2016 o CNARH contava com 2.712 (dois mil, setecentos e doze)  
59 usuários cadastrados e que a legislação está em constante atualização, pois o Conselho é muito ativo neste  
60 ponto. Explicou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado em 2014 e que consideram a divisão  
61 hidrográfica atualizada, pois foi aprovada no plano, porém com um sistema de informação ineficiente.  
62 Explanou sobre o monitoramento de qualidade e quantidade de água existente, com 45,16% da demanda  
63 outorgada, e neste caso o dado o é de 2016, sendo o último dado colocado no relatório do PROGESTÃO. O Sr.  
64 João Siqueira questionou se não seria mais correto dizer que o monitoramento, a qualidade e a quantidade  
65 das águas não estavam completos, e a Srta. Livia Soalheiro esclareceu que nem toda a cobertura do Estado  
66 do Rio de Janeiro está contemplada dentro deste monitoramento e que isso também será destacado no  
67 relatório. Dando continuidade a apresentação, a Srta. Livia Soalheiro disse que 5 (cinco) regiões hidrográficas  
68 são atendidas com programas de pagamentos por serviços ambientais. Falou, também, que os desafios do  
69 SEGRH são: Fortalecer os instrumentos de caráter democrático na gestão das águas, permitindo a maior  
70 participação dos interessados no processo de decisão; buscar soluções para a implementação dos Sistemas  
71 de Informações; otimizar o processo de outorga e buscar melhorias para a manutenção do monitoramento  
72 quali-quantitativo de água; modernizar os instrumentos de gestão com a adoção de princípios, como  
73 descentralização, transparência e participação popular; e ter uma multiplicidade de agentes capacitados,  
74 afim de mitigar os conflitos provocados pela processo de decisão. O Sr. Humberto Albuquerque questionou  
75 por que as informações apresentadas eram de 2016 e não de 2017, e a Srta. Livia Soalheiro explicou que o  
76 relatório do ano de 2017 seria aprovado nesta reunião e por isso os dados eram de 2016. Falou sobre as  
77 motivações do Plano de Capacitação, que são: Empreender ações continuadas de capacitação conjugadas  
78 aos desafios do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, facilitando o alcance das metas, a efetiva melhoria  
79 dos serviços prestados pelo Sistema; e permitir a oferta de formação em escala, reduzindo o custo por  
80 beneficiado e otimizando o resultado das ações empreendidas, e o cumprimento da Meta do PROGESTÃO. A  
81 Srta. Livia Soalheiro apresentou o histórico do Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de  
82 Gerenciamento de Recursos Hídricos no CERHI-RJ e informou sobre os eventos e reuniões que foram  
83 realizados, conforme a seguir: dia 23/01/2018 foi realizado o Workshop preparativo para elaboração  
84 do Plano de Capacitação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos capacitação para o  
85 CERHI-RJ e SEA/INEA; dia 27/03/2018 foi realizada a apresentação da proposta de plano de capacitação e do  
86 PPA para o GT PROGESTÃO; no dia 02/04/2018 ocorreu a apresentação prévia do plano de capacitação para  
87 o CERHI-RJ, SEA e INEA; e no dia 05/04/2018 foi encaminhado um e-mail solicitando as contribuições dos  
88 membros do CERHI-RJ ao plano de capacitação apresentado, dando prazo até 11/04/2018 para o envio das  
89 contribuições. A representante da SEA passou a palavra para a Sra. Elaine Costa (SEA) para apresentar as  
90 etapas de construção do Plano de Capacitação do SEGRH com as propostas de capacitações de 2018 até  
91 2021. O Sr. José Paulo comentou que sobre a capacitação não tinha mais o que discutir, e que tanto a  
92 capacitação quanto o sistema de informação serão discutidos nas CTs e nos GTs com o INEA, porém de uma  
93 forma muito mais ampla e não apresentando um relatório já pronto. O Plano de Capacitação foi colocado em  
94 votação e em seguida aprovado; **b) Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos.** A Srta. Livia Soalheiro  
95 explanou sobre a aprovação de PPA para os anos de 2018 a 2021. Informou que o crédito existente está  
96 sendo usado para os projetos do PROGESTÃO, sendo uma parcela para o monitoramento. Falou sobre os



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

97 temas prioritários de proposição e que o entendimento foi que o Sistema de Informação é o grande gargalo.  
98 Ressaltou que isso já estava sendo apontado há algum tempo, principalmente no sistema de outorga,  
99 Monitoramento Quali-quantitativo, Hidrologia e Balanço Hídrico, e que a proposta é alocar recursos com o  
100 objetivo de conceber e implementar um Sistema de Informação modular e integrador, que garanta a  
101 unificação dos bancos de dados de Recursos Hídricos geridos pelo Inea e demais parceiros, com o foco  
102 principal na outorga, monitoramento quali-quantitativo, hidrologia e balanço hídrico. Informou que o Plano  
103 de Segurança Hídrica que tem como objetivo o desenvolvimento do Plano Estadual de Segurança Hídrica do  
104 Estado do Rio de Janeiro de maneira modular contemplando os diagnósticos da situação da segurança hídrica  
105 do Estado do Rio de Janeiro nos 3 (três) pilares de atuação: Garantia da Oferta Hídrica, Garantia da Qualidade  
106 Ambiental e Proteção dos riscos associados às águas. Falou, ainda, do custeio de passagens, hospedagens,  
107 capacitações e/ou eventos exclusivamente para atender as metas do PROGESTÃO com o objetivo de apoiar a  
108 participação dos atores responsáveis pelos atingimentos das metas institucionais do PROGESTÃO em  
109 capacitações e eventos que contribuam para o alcance dos objetivos das metas. A ideia é que o PROGESTÃO  
110 tenha recursos para capacitações e eventos relacionados às metas do PROGESTÃO para que o Conselho  
111 garanta uma participação. O Sr. José Paulo falou que tem que estar muito atento a tudo isso, pois o projeto  
112 está sujeito a avaliação do Ministério Público e ressaltou que todos os gastos tem que ter um detalhamento  
113 muito grande de cada ação, incluindo quanto custará. A Srta. Livia Soalheiro falou que qualquer uso de  
114 recurso é sempre aprovado por este Conselho. O Sr. José Paulo considera importante evoluir para um  
115 acompanhamento mais detalhado e que, segundo ele, como isto nunca foi feito, tem que começar a ser  
116 feito. Em seguida, a representante da SEA, explanou sobre os últimos temas prioritários, que são:  
117 publicações (material informativo/educativo) com o objetivo de apoiar a elaboração e divulgação de  
118 publicações que contribuam para a melhoria do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Plano  
119 de Capacitação que tem como objetivo apoiar a implementação das capacitações previstas no Plano de  
120 Capacitação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em seguida a Presidente do CERHI-RJ  
121 colocou este item em votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **c) Aprovação do formulário de**  
122 **autoavaliação das variáveis estaduais.** A Srta. Livia Soalheiro expos sua preocupação, pois o documento a  
123 ser aprovado era bem extenso e devido o adiantado da hora iria levar mais tempo e que por esse motivo iria  
124 otimizar a apresentação. Explanou sobre as variáveis estaduais, que são: 1.1) Organização Institucional: que  
125 vai requerer se existe um órgão específico para a gestão de recursos hídricos; 1.2) Gestão de Processos: se  
126 existe procedimentos internos específicos e claros no órgão gestor; 1.3) Arcabouço Legal: se existe um  
127 conjunto de normas em constante atualização; 1.4) Conselho Estadual de Recursos Hídricos: saber se o  
128 Conselho é atuante, se realiza reuniões, se é participativo; 1.5) Comitês de Bacias e outros organismos  
129 colegiados: é saber se todos os Comitês são distribuídos ou não; 1.6) Agência de Água ou de Bacia ou  
130 similares: fala sobre as questões da Entidade Delegatária. Neste caso, se a Agência de Água ou de Bacia ou  
131 similares está exercendo plenamente as funções previstas na legislação, na maioria das bacias hidrográficas.  
132 A Srta. Livia Soalheiro explicou que tem entidades delegatárias em todas as regiões hidrográficas do  
133 território e que elas exercem plenamente as atribuições que lhe foram estabelecidas. O Sr. José Paulo  
134 perguntou sobre o problema ocorrido com o CBH Lago São João e a Srta. Livia respondeu que este problema  
135 foi resolvido e que o mesmo foi abordado no relatório do ano passado, dizendo que existia um problema e  
136 que as pendências estavam sendo solucionadas. O Sr. José Paulo questionou se não caberia colocar no  
137 relatório que este problema foi sanado e que achava importante dizer que foi superado. A Srta. Livia falou  
138 que iria colocar esta observação no documento; 1.7) Comunicação Social e Difusão de Informações: não  
139 existe um plano de informação social para o sistema, e que esse é um tema que será trabalhado para o  
140 futuro mais que não é uma prioridade; 1.8) Capacitação: é o plano de capacitação; 1.9) Articulação com  
141 setores usuários e transversais: é questionar se existe articulação no setor de usuários e transversais com a  
142 gestão de recursos hídricos, ressaltando que existe sim, não sendo das melhores mais existe; 2.1) Balanço  
143 Hídrico: é a existência do balanço hídrico, sempre com base no Plano Estadual; 2.2) Divisão Hidrográfica: se  
144 existe uma divisão hidrográfica atualizada e isto sempre foi respondido com base no plano estadual; 2.3)

---



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

145 Planejamento Estratégico: muitas vezes existe um planejamento tático e operacional aprovado para orientar  
146 as ações da administração pública na área de recursos hídricos. Existe uma exigência para o cumprimento  
147 desta meta; 2.4) Plano Estadual de Recursos Hídricos: o plano está atualizado com mais de 30% com as ações  
148 implementadas. 2.5) Plano de Bacias: são os planos de bacia vigente em mais de 75% do território; 2.6)  
149 Enquadramento: existência de alguns pontos hídricos superficiais ou subterrâneos enquadrados; 2.7) Estudos  
150 Especiais de Gestão: nesta variável é colocado toda e qualquer estudo que vai auxiliar na gestão; 3.1) Base  
151 Cartográfica: para ter uma base cartográfica 1 para 50.000 e 1 para 25.000 que é o que se tem disponível no  
152 INEA. O Sr. José Paulo falou que o BDE é a espinha dorsal do desenvolvimento do Sistema de Informações,  
153 mas que ele incluiria também o Siga Ceivap, pelo menos para os Comitês afluentes como o CBH Paraíba do  
154 Sul indo afluente ao CBH Guandu. A Srta. Lívia falou que iria fazer essas duas inclusões; 3.2) Cadastro de  
155 Usuários, Usos e Interferências: se existe cadastro de usuários maior que 50% do universo de vazões  
156 estimadas. A estimativa é que esse cadastro atinja 80% das vazões estimadas no Plano Estadual; 3.3)  
157 Monitoramento Hidro meteorológico: existem medições e estações instaladas e isso corresponde a mais de  
158 50% da rede planejada; 3.4) Monitoramento de Qualidade de Água: existe um monitoramento da qualidade  
159 com análises laboratoriais revisadas pelo INEA; 3.5) Sistema de Informação: existem informações em bancos  
160 de dados individuais e que esses bancos de dados não tem nenhum tipo de comunicação entre eles. Existe o  
161 acesso a dados brutos através de links, como por exemplo, o alerta de cheia, mas que é importante sim um  
162 sistema de informação; 3.6) Pesquisa, desenvolvimento e Inovação: se existem algumas ações financiadas no  
163 sistema voltadas para apoio a pesquisa científica, das quais fazem parte de um programa de  
164 desenvolvimento. Essas ações existem sim e fazem parte de um programa de desenvolvimento de alguns  
165 comitês, mas que não existe um programa Estadual de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação na  
166 área de recursos hídricos; 3.7) Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão: existem modelos e sistemas de  
167 suporte à decisão sim, os quais estão interligados as rotinas operacionais e aos processos gerenciais do órgão  
168 gestor; 3.8) Gestão de Eventos Críticos: se existe infraestrutura, procedimentos e planejamento na gestão de  
169 eventos críticos. Há infraestrutura, procedimentos e planejamento, principalmente no sistema de alerta,  
170 radares meteorológicos e controle de cheias; 4.1) Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos: há a  
171 emissão de outorga para mais de 50% da demanda estimada. Essa afirmativa é positiva, pois foram feitas  
172 com base nos registros feitos do CNARH até dezembro de 2018; 4.2) Fiscalização: se existe uma fiscalização  
173 específica para a área de recursos hídricos. Essa fiscalização não existe, pois o órgão é integrado a ações  
174 planejadas de forma específica, mas não é feita uma fiscalização só para recursos hídricos; 4.3) Cobrança:  
175 ressalta o aumento do PPU em 100% dos comitês em todas as regiões hidrográficas; 4.4) Sustentabilidade  
176 Financeira: se existem fontes próprias para o sistema de gestão de recursos hídricos; 4.5) Infraestrutura  
177 Hídrica: se a área de recursos hídricos tem interferência, participação e influencia na gestão de infraestrutura  
178 hídrica. Existe o diálogo e interferência sim na área de infraestrutura hídrica; 4.6) Fundo Estadual de  
179 Recursos Hídricos: fundo criado para dar suporte financeiro, de custeio e investimento, ao sistema estadual  
180 de gerenciamento de recursos hídricos. O FUNDRHI é operante e a aplicação de seus recursos respeita os  
181 processos e instrumentos de gestão de responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos; 4.7)  
182 Programas e Projetos Indutores: Voltado para PSA. Se existem programas e projetos indutores na gestão de  
183 recursos hídricos em determinadas regiões de bacias hidrográficas. Cita que existem programas sendo  
184 realizados em 5 (cinco) das 9 (nove) regiões hidrográficas. A Srta. Lívia Soalheiro falou sobre o incentivo fiscal  
185 e o Sr. José Paulo comentou que incluiria sobre propor incentivos neste item. A Srta. Lívia Soalheiro encerrou  
186 a apresentação como resumo do relatório. A presidente do CERHI-RJ colocou em votação a aprovação do  
187 formulário de autoavaliação das variáveis estaduais, sendo aprovado por unanimidade. **Encaminhamentos:**  
188 **1)** O Sr. João Siqueira propôs que o GT PROGESTÃO mude urgentemente de grupo de trabalho para grupo de  
189 acompanhamento; **2)** A Sra. Maria Aparecida Vargas lembrou que existe uma demanda urgente do Conselho  
190 que é realizar a revisão do Regimento Interno e será feito em breve; **3)** A Sra. Maria Aparecida Vargas propôs  
191 que antes dos assuntos com as aprovações de recursos serem levados diretos a Plenária, deveria haver uma  
192 reunião com os coordenadores das CTs para posteriormente ser apresentado em conjunto e aprovado no



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

193 Conselho. E não havendo mais nada a tratar, a Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Vargas,  
194 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
195 Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 13h 16min.

196

Maria Aparecida Pimentel Vargas  
Presidente CERHI-RJ

Friedrich Wilhelm Herms  
Vice Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa  
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno./Blfs./Fwh./Lsr. – 19/06/2018